

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO SEPREV
(INSTITUIDO PELO DECRETO Nº 2.180 DE 06 DE JANEIRO DE 2014 E
PORTARIA 153/2021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021)

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos abaixo assinados, para reunião ordinária do mês. Presentes os membros abaixo assinados, juntamente com o presidente da Autarquia Sr. Elias Alves. Dando início a reunião, os membros do Comitê de Investimentos, de posse dos relatórios de aplicações, passaram a analisar as rentabilidades e enquadramento dos fundos de investimentos realizados pela diretoria executiva do SEPREV. Da análise foi verificado que os fundos se encontram regularmente enquadrados nos termos da Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução 4.604/17. Quanto a rentabilidade observou-se que o retorno das aplicações no mês em análise, foi negativa em (R\$ -2.825.412,22) que equivale a (-1,17%) de rendimento, percentual negativo e, portanto, abaixo da meta atuarial medida no mês que foi medida em 1,25%. O saldo da última aplicação era de R\$ 240.497.617,60 e houve novas aplicações no valor de R\$ 2.434.499,36 e resgates que monta o valor de R\$ 1.561.408,98, gerando um saldo final de R\$ 238.545.295,76. Dando continuidade na reunião, o Presidente Executivo da Autarquia, Sr. Elias Alves, relatou que, de acordo com os relatórios publicados, pode-se observar alguma mobilização dos Bancos Centrais em relação a política monetária, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Podendo se esperar uma mudança na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. O que tudo indica é auxílio emergencial menor e por cerca de quatro meses, como o mais indicado, sendo preciso ainda observar a PEC emergencial. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial, mesmo atrasado, o país segue tentando cumprir o plano estipulado. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria

Roberto

um aumento inesperado na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Segue no radar, o aumento dos índices de preço da economia, uma inflação que começou acelerar e que tem impactos significativos já no curto prazo, podendo já ser vista no IPCA. Mesmo com o Relatório Focus indicando uma desaceleração do índice para os próximos períodos. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid-19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. É provável que a qualquer sinal de melhora constante na economia, devemos ter uma elevação da SELIC, mesmo que antes do projetado. Os sinais de abertura na curva de juros, demonstrada pelo aumento da taxa de juros e a alta volatilidade nos títulos federais de longo prazo, aliada ao fato que não acontecia desde 2002 e que aconteceu em setembro e outubro de 2020, com as LFTs (Tesouro Selic) sendo negociada a taxas negativas, indica a pressão sobre a Selic. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDKa IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento. Tomar decisões precipitadas enseja realizar uma perda decorrente da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Por fim, ratificou-se a determinação de que as novas aplicações no exercício de 2021, sejam realizadas somente nos bancos considerados “primeira linha”, quais sejam: Caixa

Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, sendo que os novos aportes deverão ser atrelados aos índices referenciados na família IMA, IRFM, IDKA e poderão ser realizados a critério e análise da Diretoria Executiva do Seprev, devendo, no entanto, ser comunicado imediatamente o aporte na primeira reunião desse sodalício. Nada mais havendo a tratar deram por encerrada a reunião, tendo todos os seus termos lavrados na presente ata que após lida vai assinada por todos.


Agda Cristiane de Paula

Ariovaldo Fernandes Pontes


Leila Aparecida de Oliveira


Rosangela Aparecida Barros


Sílvia Regina da Cunha